

NECAT

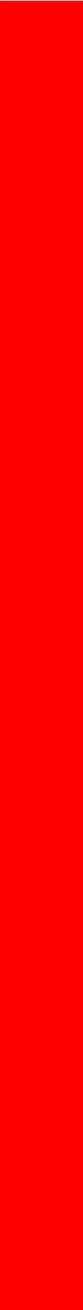
Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

TEXTO PARA DISCUSSÃO

018/2016

**O GOVERNO INTERINO E A
DESESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA E
DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PAÍS**

Lauro Mattei



O GOVERNO INTERINO E A DESESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PAÍS

Lauro Mattei¹

INTRODUÇÃO

Desde as duas últimas décadas do século XX observa-se um novo protagonismo político no meio rural brasileiro, em grande medida decorrente do processo de organização e de luta da classe trabalhadora rural. Cientes de seus direitos, esses sujeitos sociais se organizaram e passaram a reivindicar ações e políticas públicas por parte dos governantes constituídos.

Desses movimentos sociais e políticos resultou um processo de mudanças que marcou a trajetória recente da vida rural brasileira. Por um lado, organizaram-se pautas de reivindicações e forjaram-se lutas nacionais e, por outro, foram sendo conquistadas políticas e criadas instituições que mostraram ao Estado brasileiro a diversidade e a heterogeneidade existente no meio rural do país.

Todo esse processo criou as condições para que recentemente houvesse o reconhecimento, por parte do Estado, da existência de diversos segmentos sociais rurais que não estavam sendo contemplados adequadamente pelas ações governamentais. E este reconhecimento se traduziu na criação, no ano de 1999, do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A partir deste canal institucional abriu-se a possibilidade de criação de diversas políticas públicas destinadas ao fortalecimento do sistema familiar de produção, de apoio aos assentamentos rurais, e de atendimento às demandas de diversos segmentos sociais que historicamente encontravam-se excluídas nas relações entre Sociedade e Estado. Novos programas e políticas foram sendo implementados no sentido de contribuir para a superação de uma das principais mazelas do país: a fome e a pobreza de parcelas expressivas da população.

¹ Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador do NECAT-UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ.
Email: l.mattei@ufsc.br

Particularmente nos governos Lula e Dilma, o MDA – enquanto órgão de Estado - foi protagonista de grandes ações em prol da melhoria da distribuição de renda, do enfrentamento da fome e da pobreza e da redução das desigualdades sociais e regionais. Com isso, passou a ser devidamente reconhecido o papel de inclusão social exercido por essa instituição pública. São exatamente esses parâmetros que estão em debate no momento em que o governo interino extinguiu esse órgão público, ao mesmo tempo em que suas prioridades deixaram de se pautar pela trajetória anteriormente mencionada.

O objetivo do presente texto é fazer uma breve discussão das ações em curso na área rural, procurando cotejá-las com a trajetória recente. Para tanto, recupera-se rapidamente o processo de criação da estrutura estatal para a área agrária e rural na década de 1990, bem como se descreve a grande expansão das políticas de desenvolvimento rural ocorrida nos últimos doze anos. Finalmente, apontam-se algumas tendências que podem explicar as opções do governo atual.

1-AS LUTAS AGRÁRIAS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 E A CRIAÇÃO DO MDA EM 1999

A década de 1990 no Brasil foi marcada por importantes alterações econômicas, políticas e sociais. No plano político, no ano de 1990 tomou posse como presidente do país Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito após o regime militar iniciado em 1964. Este iniciou seu mandato pregando a necessidade do Brasil ingressar rapidamente na onda neoliberal emanada a partir do “Consenso de Washington”, que apontava como solução para os problemas brasileiros e latino-americanos uma menor interferência do Estado em troca de uma maior liberdade de ação dos mecanismos de mercado. Esse modelo político começou a ser introduzido no país naquele período, sendo fortemente aprofundado durante o Governo FHC (1995-2002).

No campo econômico, a primeira metade da referida década assistiu a continuidade de planos econômicos com a finalidade de conter a inflação e estabilizar a economia, objetivo atingido somente a partir de 1995 com a adoção do Plano Real, que implementou políticas macroeconômicas totalmente distintas daquelas que vinham sendo seguidas desde o Plano Cruzado, em 1986. Neste caso, foi introduzida uma nova moeda (Real) e implantado o regime de metas inflacionárias, com adoção de políticas

monetárias, especialmente da taxa de juros como parâmetro para controlar a inflação e manter a economia dentro de padrões estáveis, além de um amplo processo de liberalização comercial e financeira e privatização de empresas estatais.

Na esfera social ocorreu a continuidade das lutas sociais, tanto urbanas como rurais, as quais já tinham ganhado força na década anterior. Particularmente na área rural duas lutas tiveram definitivamente alcance nacional: a luta pela reforma agrária (que na década anterior estava mais circunscrita a algumas regiões do país) e a luta por uma política agrícola diferenciada para os agricultores familiares. Além destas, tiveram ascensão lutas de segmentos sociais específicos, como foi o caso do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; Movimento dos Seringueiros e Povos das Florestas; Movimentos Indígenas, etc.

Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”. Esta estratégia de lutas foi se mostrando eficaz, na medida em que os governos da época passaram a se sentir obrigados a responder as demandas colocadas na agenda pública, ao mesmo tempo em que os próprios movimentos sociais rurais esboçavam a construção de uma unidade de luta política que resguardava a autonomia e a especificidade de todos os participantes.

Na esfera da política agrícola, o governo federal atendeu a uma bandeira histórica de luta dos trabalhadores rurais, permitindo a estes o acesso aos recursos oferecidos pelo sistema nacional de crédito rural, até então negligenciados aos agricultores familiares, maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Assim, foi criado em 1994, durante o Governo Itamar Franco, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Esta ação seria o germen para a criação, no ano seguinte, do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF).

Já na esfera agrária ocorreram diversos conflitos, sendo que dois deles tiveram repercussão nacional e internacional. O primeiro ocorreu em Corumbiara (Rondônia) dia 09 de Agosto de 1995, quando a Polícia Militar, juntamente com pistoleiros contratados por fazendeiros, desocupou de forma violenta da fazenda Santa Elina.

Enquanto mulheres foram mantidas como escudos humanos, os homens foram barbaramente assassinados. Ao final das operações contabilizou-se 12 mortes, dezenas de pessoas feridas e mais de 300 pessoas presas. O segundo ocorreu em 17 de abril de 1996 na cidade de Eldorado de Carajás (PA). Neste dia mais de 150 policiais militares fortemente armados desocuparam a rodovia PA-150, onde famílias de trabalhadores rurais sem terra haviam interditado a rodovia exigindo um cumprimento de acordo prévio feito com o governo estadual. A desobstrução violenta da estrada resultou em 19 mortes e 69 pessoas sem terra feridas.

Este cenário fez com que a questão agrária permanecesse na agenda pública nacional muito mais pelos atos de violência e de barbárie do que pela necessidade urgente de uma ação efetiva do poder público. É neste contexto que foi criado, em 1997, o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, sendo indicado como secretário especial o Deputado Raul Jungmann, oriundo do estado de Pernambuco.

No início do segundo mandato do Governo FHC (1999), o Gabinete Extraordinário foi transformado no Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, posteriormente denominado de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Neste período o MDA foi equipado administrativamente e, a partir de então, passou a definir novas estratégias de ação política para o meio rural do país.

2-A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO MDA E DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Ao longo da primeira década do século XXI foi implantado no meio rural brasileiro um conjunto integrado de ações públicas que, além de contribuir decisivamente para o aumento da produção agropecuária do país, proporcionou vida digna para uma parcela expressiva da população que se encontrava à margem da sociedade brasileira. Foi neste contexto que, além de terem sido priorizadas ações diretas junto aos assentados da reforma agrária e aos agricultores familiares tradicionais, se priorizou o atendimento também a diversos segmentos sociais até então praticamente invisíveis às políticas de desenvolvimento rural. Neste caso, destacam-se os extrativistas, pescadores artesanais, povos ribeirinhos, povos da floresta, quilombolas e

grupos indígenas, os quais passaram a ter acesso aos recursos das distintas políticas públicas. Desta forma, novos personagens entraram em cena no processo de desenvolvimento rural do país e tendo seus direitos reconhecidos e garantidos.

Partindo do pressuposto que a agricultura familiar é um sistema de produção essencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o governo Lula, via MDA, definiu um conjunto de políticas orientadas por um objetivo estratégico: mudar a realidade da estrutura agrária e fortalecer a agricultura familiar do país como forma de inclusão social e de fortalecimento da cidadania. Neste caso, o meio rural passou a ser concebido também como um espaço de justiça social, além de ser um local de produção agropecuária.

Sabe-se que, historicamente, o meio rural brasileiro foi marcado pela concentração da propriedade da terra, da renda e riqueza; pela dominação política e econômica das oligarquias tradicionais; pela dependência das empresas transnacionais; pela destruição dos recursos naturais; e pelo elevado grau de desigualdades que geraram fome, miséria, pobreza e exclusão social. Romper com essa trajetória histórica exigia um conjunto de políticas públicas que fossem capazes de democratizar a propriedade da terra, gerar trabalho e renda no próprio meio rural, produzir alimentos saudáveis e adequados visando a soberania alimentar do país, combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais, garantir os direitos trabalhistas, e proteger o meio ambiente. Para atender a todos esses desafios, o governo priorizou três grandes eixos de intervenção: a política agrária; a política de fortalecimento da agricultura familiar; e a política de desenvolvimento territorial.

Na esfera agrária foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA) enquanto documento-guia para a execução da política agrária, cujos objetivos centrais pretendiam democratizar o acesso à terra, reduzir os conflitos agrários e superar o quadro de desigualdades e de exclusão de parcelas expressivas da população rural brasileira. Em função disso, verifica-se que durante os dois mandatos do Governo Lula (2003-2010) ocorreu o maior número de assentamento de trabalhadores rurais, representando 52% do total historicamente realizado no país. Em grande medida, esta expansão esteve atrelada ao processo de pressão exercido pelos movimentos sociais agrários após a promulgação do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária no ano de 2003.

Na área da agricultura familiar o governo Lula ampliou enormemente os mecanismos de apoio a este segmento por meio de programas específicos que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado no ano de 1996 e fortemente ampliado a partir do ano de 2003-2004. Esse programa, criado com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país, se disseminou rapidamente para todas as unidades da federação, sendo que atualmente encontra-se presente em praticamente todos os municípios do país.

A partir de 2002 foram sendo criados diversos subprogramas no âmbito do programa geral, com destaque para: o PRONAF Agroindústria; o PRONAF Agregar; o PRONAF Florestal; o PRONAF Alimentos; o PRONAF Pesca; o PRONAF Agroecologia; o PRONAF Turismo Rural; o PRONAF Mulher; o PRONAF Jovem Rural; o PRONAF Semiárido; e o PRONAF máquinas e equipamentos.

Na esfera do desenvolvimento territorial, foi criada no âmbito do MDA, em 2003, uma estrutura institucional denominada de Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual é responsável pela definição e implementação da referida política. Para implantar essa nova concepção de política pública foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cuja finalidade é organizar as ações governamentais a partir do fortalecimento da participação e da gestão social das políticas. Para isso, foram formados os órgãos colegiados territoriais como espaço de discussão, planejamento, negociação e execução de ações que promovam o desenvolvimento. Essas institucionalidades são compostas paritariamente por representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais nas diferentes esferas, tendo também como objetivo a busca de alternativas para a integração e desenvolvimento do território.

Esses colegiados territoriais - que também podem ser denominados de fóruns ou conselhos - foram estabelecidos pelas resoluções de número 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) com a função de conduzir e operacionalizar a estratégia de desenvolvimento rural embasa na abordagem territorial. Com isso, cabe a esses órgãos colegiados o papel deliberativo de definir e orientar negociações e acordos entre os atores sociais envolvidos com a implementação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

A partir da experiência do PRONAT, foi criado no âmbito do governo federal, no ano de 2008, o Programa Território da Cidadania, cujas ações envolviam 18 ministérios e atendiam mais da metade dos municípios do país que apresentassem indicadores de vulnerabilidade social.

Ainda no âmbito do MDA merecem ser destacadas as seguintes políticas e programas governamentais: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (2008); Programa de Reordenamento Agrário e do Crédito Fundiário (2003). Deve-se registrar, ainda, a participação decisiva do MDA nos seguintes programas interministeriais: Programa de Aquisição de Alimentos (2003); Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009); Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003); Programa 1 milhão de Cisternas Rurais (2003). Por fim, o MDA garantia a participação social via funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Desta forma, competia ao MDA a coordenação e execução de todas as políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável; à realização da reforma agrária; à promoção e fortalecimento da agricultura familiar do país; à implementação da produção orgânica e agroecológica; e à promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Por isso, entendemos que as desigualdades econômicas e sociais ainda existentes no meio rural brasileiro e as necessidades de atendimento de demandas de segmentos sociais específicos que historicamente foram excluídos das políticas públicas justificaram – e ainda justificam – a existência de uma estrutura ministerial com capilaridade e capacidade de coordenação das distintas políticas. Reduzir essa estrutura institucional, na prática significa destinar pouca prioridade a esses segmentos sociais que são numericamente majoritários no meio rural brasileiro.

3-O RETROCESSO INSTITUCIONAL E POLÍTICO REPRESENTADO PELO GOVERNO INTERINO

Após a aprovação do Impeachment da presidente Dilma Roussef, tomou posse como presidente interino do país, no dia 12.05.2016, o senhor Michel Temer, que ocupava o cargo de vice-presidente da república. Neste mesmo dia foi publicada a Medida Provisória 726 (MP 726) que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao mesmo tempo em que se fundem as atividades do antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com as atividades agrárias na nova estrutura institucional denominada de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Neste sentido, esta seção apresentará de forma sucinta as principais medidas adotadas pelo governo interino, seus objetivos e as principais consequências para o conjunto dos trabalhadores rurais, porém sem entrar na discussão da legitimidade política do atual governo.

3.1-A Lambança Institucional perpetrada pelo Governo Interino

O ato de extinção do MDA (MP 726) fez com que toda sua estrutura institucional e autarquias, como o INCRA, fossem transferidas para o novo ministério: o MDSA, associando-se linear e superficialmente o social e o agrário. Para tanto, foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a qual agrega as seguintes secretarias: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); e Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Todavia, em função de divergências políticas entre as diversas forças que compõem o governo interino, essa estrutura sequer chegou a funcionar no âmbito do MDSA. Assim, no dia 27 de maio de 2016 foi divulgado o Decreto nº 8.780 que transfere toda a antiga estrutura do MDA para a Casa Civil, a qual passou a concentrar todas as competências sobre a reforma agrária, sobre a promoção “do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares”, e sobre a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos e determinação de suas demarcações.

Conforme amplamente divulgado pela imprensa², na verdade toda esta modificação institucional foi uma demanda política do partido Solidariedade, liderada pelo deputado federal Paulinho Pereira da Silva, também conhecido como “Paulinho da Força Sindical”. Tanto é assim que os principais cargos ocupados nesta nova secretaria da Casa Civil foram nomeações indicadas pelo referido deputado, conforme divulgado no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2016. Além da presidência do INCRA e diretorias do órgão; do secretário especial de agricultura familiar; e do diretor da ANATER; o referido deputado indicou o cargo de secretário adjunto de agricultura familiar, que foi ocupado por um militante do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.³

Essa situação pode ser analisada a partir de duas dimensões interconectadas. Por um lado, há o interesse do governo interino de ter um interlocutor junto aos movimentos sociais rurais para garantir uma base mínima de apoio popular. Por outro, há o interesse desses sindicalistas ligados à Força Sindical de formar uma base de ação no meio rural, espaço onde a atuação dessa central sindical é praticamente inexpressiva. Assim, casam-se interesses mútuos que já estavam articulados a partir do processo de impeachment.

O resultado imediato dessa mudança de rota nas políticas de desenvolvimento agrário e rural foi um desmonte da estrutura institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas desde o momento de criação do MDA. Além disso, verifica-se a paralisação de ações que estavam em curso nas diversas áreas de atuação do ministério, bem como a suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros já garantidos no Plano Safra da Agricultura Familiar para 2016-2017. Por isso, é importante detalhar algumas medidas adotadas recentemente para se ter a dimensão de suas consequências.

3.2-Principais medidas adotadas pelas equipes do governo interino

As políticas públicas de desenvolvimento rural, construídas de forma participativa e visando a inclusão social, passaram a sofrer diversos reveses em diferentes frentes de ação, conforme mostraremos na sequência.

² -Veja-se, por exemplo, reportagem do Estadão de 01.06.2016.

³ - Na verdade, trata-se de uma moeda de troca política entre o presidente interino e o referido deputado, tendo em vista seu importante papel desempenhado durante o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Registre-se que da lista de agraciados com cargos públicos fazem parte investigados pelo Ministério Público, militantes sindicais e militantes políticos ligados à Força Sindical.

a) Desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

O PAA foi criado em 2003 e ao longo desses anos se transformou em uma das principais políticas públicas para amplos setores da agricultura familiar. A partir das seis modalidades de execução, essa política permite a aquisição de alimentos, por parte do governo federal, diretamente dos agricultores familiares, sendo que a maior parte desses produtos adquiridos é destinada ao atendimento de escolas, creches, hospitais, restaurantes comunitários, etc.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 previu R\$ 500 milhões, sendo que R\$ 170 milhões já haviam sido autorizados pela presidente afastada. No dia 31 de maio de 2016 o MDSA cancelou o repasse desses recursos para a CONAB, ato que certamente afetará milhares de agricultores familiares e também muitos dos beneficiários do programa⁴.

b) Cancelamento de Chamada pública de ATER

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 lançou uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para contratar entidades para apoiar aproximadamente 1000 associações e cooperativas da agricultura familiar e da reforma agrária. Este programa, conhecido como “Mais Gestão”, visava à contratação de serviços especializados para as organizações de agricultores familiares que participam dos mercados institucionais e de mercados privados por meio de suas associações e cooperativas.

Um dos primeiros atos do Secretário especial de Agricultura Familiar foi revogar exatamente uma iniciativa que poderia beneficiar esse público a qual sua pasta deveria priorizar, ficando clara a mudança de rumo das políticas públicas para o meio rural sob a batuta do governo interino.

c) Programa Minha Casa Minha Vida Rural

Reconhecido internacionalmente, o programa Minha Casa Minha Vida se transformou em uma das maiores ações de governo na área habitacional, especialmente

⁴ -Registre-se que a Lei Orçamentária Anual prevê para o ano de 2016 um montante de R\$ 270 milhões apenas para as modalidades do programa operadas pela CONAB.

porque visou assegurar o direito à moradia a milhões de famílias pobres que nunca tiveram acesso ao financiamento habitacional.

Um dos componentes do programa habitacional geral é o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que está sendo implementado desde 2009 para atender demandas reprimidas das áreas rurais do país, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. São financiadas construção e reformas de imóveis rurais, sendo que muitas das atividades são realizadas na forma de mutirões e tendo uma participação efetiva das organizações sindicais e sociais rurais, como a CONTAG, FETRAF, MST, MPA, MAB, etc.

Inicialmente o governo interino cancelou o programa. Devido às pressões das organizações sociais e sindicais o programa foi retomado, porém com diversas modificações em relação ao que vinha sendo implementado. Por um lado, foi retirado o tratamento diferenciado para os povos e comunidades tradicionais e para os beneficiários da reforma agrária e, por outro, foram feitas novas normas para as contratações e construções. Tais medidas apresentaram como resultado prático até o momento a paralisia do programa.

d) Mudanças na ANATER

Somos todos conhecedores da longa jornada que foi a constituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), a qual cristalizou a construção de uma nova proposta de ATER para o país, com caráter plural e destinada ao conjunto dos segmentos de trabalhadores rurais. Essa concepção se contrapôs em muito à opção da assistência técnica e a extensão rural herdada do período da modernização da agricultura.

Adotando a mesma prática que em outras situações (caso da EBC), o governo interino demitiu o Presidente da ANATER, mesmo que este ato fere frontalmente a Lei que constituiu essa agência. Este ato pode ser considerado um retrocesso diante de toda a celeuma que cercou durante a criação e implantação dessa agência.

e) Fim da estrutura institucional para a diversidade

Ao longo dos governos Lula e Dilma o MDA foi protagonista de uma vasta rede de políticas públicas destinadas aos segmentos sociais rurais historicamente excluídos.

Neste caso, destacam-se as ações em prol dos povos e comunidades tradicionais, dos quilombolas, dos negros, das políticas de gênero, de juventude, das comunidades indígenas, etc.

Todo esse mosaico de ações sociais protagonizadas pelo MDA está sendo paralisado e até mesmo dizimado pela falta de percepção e de compromisso do governo interino com essas parcelas populacionais que passaram a ser também integrantes das políticas de desenvolvimento rural.

f)Corpo Técnico

Para aqueles que acompanharam de perto a lenta estruturação do MDA sabem o quanto foi difícil esse ministério ter equipes técnicas qualificadas nas diversas áreas de atuação. Mesmo que limitadas, essas equipes demonstraram ser profissionais, eficientes e atuando no âmbito da premissa pública e em prol das populações quase sempre esquecidas pelos órgãos de Estado. Neste sentido, o desmonte dessas equipes que está em curso atualmente certamente irá prejudicar aquelas parcelas de trabalhadores rurais que sempre ficaram à margem das ações públicas estatais.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como produto de um conturbado processo político que está causando enormes cisões no país, o Governo Interino tem atuado de forma bastante controversa, em termos da promoção do desenvolvimento agrário e rural.

De um modo geral, observa-se que o governo de plantão fez uma opção clara por um projeto de desenvolvimento agrário e rural que não interessa a grande maioria da população rural, representada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, dentre outros. Ao contrário, as intervenções iniciais do governo interino vêm exatamente no sentido de excluir das benesses das políticas públicas parcelas expressivas dessa população rural.

Isso fica claro na medida geral adotada que levou à extinção do MDA. Mas o problema não se resume apenas a essa extinção. Fundamentalmente, ele diz respeito a

quem prioritariamente o governo de plantão pretende beneficiar. Certamente não é a agricultura familiar e camponesa e nem aos assentados rurais e, muito menos, aos segmentos historicamente segregados.

Uma rápida revisão das articulações prévias ao impeachment do então vice-presidente da república com diversas bancadas parlamentares é uma pista importante para se entender o projeto do governo interino para a área rural. Uma dessas articulações diz respeito à reunião ocorrida no dia 27.04.2016 entre a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)⁵ e o Sr. Michel Temer, ocasião em que foi protocolado um documento que deveria ser a diretriz do governo pós impeachment para o meio rural brasileiro.

Neste documento, que é uma defesa exclusiva dos interesses do agronegócio, destacam-se algumas proposições: a) Extinção do MDA; b) Extinção da CONAB; c)Fundo específico de investimentos para o agronegócio; d)Revisões das demarcações das áreas indígenas e quilombolas; e)Mudanças na Constituição para permitir que o exército atue reprimindo os movimentos sociais rurais, em especial o MST; f)Concentração do poder de reorganização das atividades rurais no âmbito do Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento (MAPA).

Desnecessário dizer que naquela oportunidade o Sr. Michel Temer se mostrou bastante receptivo a tais medidas, reafirmando que a retomada do crescimento da economia brasileira passava pelo fortalecimento econômico e político do agronegócio. Precisamos dizer mais alguma coisa?

⁵ - Na verdade, este é um nome novo a uma roupagem antiga.